

## Editorial

A Revista Portuguesa de História (RPH) cumpre este ano 80 anos de publicação ininterrupta de artigos e resenhas críticas. No ano em que se completam oito décadas de publicação, decidimos dedicar o editorial aos princípios fundadores desta publicação científica e enlaçar esta celebração com uma evocação breve da obra do Prof. Doutor António de Oliveira, que nos deixou no dia 1 de janeiro de 2021.

A ideia da criação de uma revista dedicada ao estudo da História de Portugal surgiu no *Instituto de Estudos Históricos* da Faculdade de Letras de Coimbra. Integravam este instituto, considerado por Torquato de Sousa Soares como “um centro de Estudos de História de Portugal”, um grupo de docentes/investigadores de referência da historiografia portuguesa: os Doutores Damião Peres, Joaquim de Carvalho, Virgílio Correia, Manuel Lopes de Almeida, Paulo Merêa, Luís Cabral de Moncada, Mário Brandão e Torquato de Sousa Soares. Integrava ainda esta unidade de investigação o Doutor António de Vasconcelos (AV) que se jubilara em 1931.

O reconhecimento institucional do estatuto científico da História, requisito necessário para a sua aceitação plena no mundo universitário, implicava, ao tempo, entre outros fatores, a existência de publicações periódicas onde fossem partilhados os frutos da investigação bem como discutidos os seus resultados. Nos anos trinta do século passado destacavam-se no campo da História entre outras, a “madura” *Revue historique* e a jovem “rebelde” *Annales de histoire économique et sociale*. Ambas chegavam à Faculdade de Letras. Impunha-se, assim, a criação de uma revista universitária dedicada à História. Os membros do *Instituto de Estudos Históricos* decidiram dedicar o primeiro número a António de Vasconcelos e projetaram-no para simbolicamente assinalar os dez anos da sua jubilação. Atrasos na publicação que podem ser atribuídos às vicissitudes de uma Europa novamente em guerra impediram-nos de entregar em mão ao eminente professor da Faculdade de Letras o tomo que tinham preparado com tanto empenho. A morte chegou primeiro e levou-lhes o Mestre. Num texto escrito pela redação da revista e colocado, em folha solta, no tomo I pode ler-se:

“O atraso que, malgrado nosso, houve na conclusão deste tomo, não permitiu a sua publicação senão depois da morte ter arrebatado ao nosso convívio a figura insigne do Mestre eminente que foi o Prof. Doutor António

de Vasconcelos prestando à memória do glorioso fundador do nosso Instituto a homenagem que por todos os títulos lhe é devida”.

A morte privou-os do convívio com o Mestre, mas AV havia de permanecer como figura tutelar do *Instituto de Estudos Históricos*, a partir de 1941 e até 1975, designado como *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos*.

A construção da memória de AV verte-se nas páginas do primeiro tomo da RPH onde consta uma lista de 223 títulos publicados na área da História e de alguns testemunhos solicitados para o volume inaugural. Entre eles destacamos o de Damião Peres que aponta o “magistério notabilíssimo que instituiu, em Coimbra, o ensino da Epigrafia e da Numismática e restaurou o da Paleografia, da Diplomática e da Esfragística”. Entre as publicações, extensas e diversificadas, distinguiu os estudos sobre *D. Isabel de Aragão*, *Inês de Castro* e a *Sé Velha de Coimbra*, obras de “harmoniosa conjugação de arte e de ciência”. Por sua vez, como ilustração dos princípios de objetividade que orientavam o teólogo e historiador, Paulo Merêa selecionou o seguinte retirado da obra que AV escrevera sobre a esposa de D. Dinis: “Guiados pela História, avançamos até à morte da Santa Rainha, mas nenhum fio seguro pode conduzir-nos além dessa meta”.

A figura tutelar do Instituto, que foi o lugar de gestação da RPH, deixara como herança um legado de história positiva nos métodos, mas abrangente nos conteúdos, ultrapassando, assim, os domínios da história política e institucional medieval. Por sua vez, os membros da redação da Revista investigavam em diversificados campos: História dos Descobrimentos (Damião Peres), História da Cultura e da Filosofia (Joaquim de Carvalho), Arqueologia (Virgílio Correia), História Social (Manuel Lopes de Almeida), História do Direito e das Instituições (Paulo Merêa e Luiz Cabral de Moncada), História das Instituições (Mário Brandão e Torquato Sousa Soares).

Nesta revisitação ao lugar e tempo da criação da RPH, que não tem um mero objetivo comemoracionista, mas antes um regresso ao momento fundador necessário à projecção do futuro, evocamos os princípios orientadores da revista enunciados no primeiro editorial:

“A falta cada vez mais sensível de uma revista portuguesa de História levou a Direcção do Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos a promover a publicação de um anuário que seja simultaneamente o testemunho vivo da sua actividade cultural e a projecção dessa actividade em todo o País. Assim, existindo, essencialmente, para arquivar a produção do núcleo de estudiosos que se agrupam no Instituto, nem por isso enjeita a contribuição de estranhos que queiram trabalhar de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica histórica. E porque o trabalho histórico é, por natureza,

um trabalho de colaboração, procurará ainda a Revista Portuguesa de História pôr-se desde já em contacto com os diversos países da Europa e da América, dando a conhecer, por intermédio dos seus valores mais representativos, os resultados da sua actividade científica – resultados esses que tanto podem dar novos rumos à historiografia nacional que a nossa revista procura, sobretudo, impulsionar e servir”.

O periódico continha as partes seguintes: *Artigos* nos quais seriam tratados “problemas” que interessassem “directa ou indirectamente” à História de Portugal, “nos seus diferentes aspectos”; a *Miscelânea* “constituída por breves notas, comentários, etc., que de alguma maneira possam contribuir para esclarecer qualquer aspecto da nossa História”; *Historiografia estrangeira*, dedicada à divulgação “dos mais importantes trabalhos publicados nos diversos países sobre história política e eclesiástica, história económica e social, direito e instituições”; *Bibliografia*, parte dedicada à apreciação dos “trabalhos que constituem realmente novas contribuições para o conhecimento da nossa História” e de cujo aparecimento fosse informada; e finalmente a *Vária* onde seriam “registados os mais importantes acontecimentos relativamente à historiografia nacional e estrangeira e, particularmente, a actividade do nosso Instituto”.

Das citações atrás apresentadas, realçamos o facto de a RPH ter como principal objetivo a divulgação dos resultados da pesquisa histórica, referentes à História de Portugal, elaborada pelos membros do *Instituto Histórico de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos*, podendo igualmente publicar textos de outros historiadores que quisessem trabalhar “de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica históricos”. A metodologia de pesquisa e de construção históricas constituía-se, assim, como único critério de inclusão ou de exclusão de artigos. Aberta ao exterior, a RPH ambicionava ainda “dar novos rumos à historiografia nacional”, desiderato que se pretendia concretizar através da inclusão de recensões sobre historiografia estrangeira. Os seus redatores cumpriram, escrupulosamente, este objetivo nos primeiros números. Com efeito, no primeiro tomo publicaram-se 100 páginas dedicadas à produção historiográfica estrangeira, referente ao ano de 1939, de autoria dos seguintes historiadores: Pedro Calmon (Brasil), R. Prieto Bances (Espanha), José Torre Revello (Argentina), Augustin Fliche (França), Charles Verlinden (Bélgica e Holanda), Mario Viora (Itália). A historiografia inglesa foi apresentada por temas: A. Taylor Milne (História Geral e Política), Artur Redford (História Económica e Social), Marjorie Blatcher (História do Direito e das Instituições). Finalmente Eugen Wohlhaupter escreveu sobre o “Folclore jurídico” na Alemanha.

Do atrás exposto, conclui-se que a RPH configurou a sua identidade como uma revista de História de Portugal aberta, no entanto, à publicação de artigos dedicados à História de outros países, como se pode ler no seu primeiro tomo (p. 329), em nota de rodapé escrita por Torquato de Sousa Soares referente à área de investigação do *Instituto de Estudos Históricos*, que considerava um “centro de estudos de História de Portugal”: “Isto não quer dizer, evidentemente, que se alheie da história das outras nações, mas apenas que o seu estudo só lhe interessa na medida que interessar à melhor compreensão da nossa evolução histórica”.

A abertura ao conhecimento da historiografia estrangeira expressa num número muito elevado de recensões, bem como a publicação de obras de autores estrangeiros, sobretudo medievalistas, constitui de facto uma matriz identitária da RPH que foi, entretanto, sufocada ao longo das décadas de 50 e 60, por motivos de constrangimento ideológico.

A vida do *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos* e consequentemente da RPH será marcada na viragem dos anos 50 para os 60 por dois jovens historiadores modernistas: Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira. O primeiro fez parte da direção da revista, na qualidade de Secretário, a partir do tomo VIII (1959); o segundo, a partir do IX (1960). António de Oliveira integrou o *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos* num tempo marcado pela geração que criou a RPH, a qual havia de classificar “de grande vigor historiográfico”. Aprendendo com os mestres o rigor metodológico da escrita da história, patente nas extensas notas de rodapé dos seus escritos, do qual nunca se afastou, não se identificava, porém, com os campos temáticos nem com as interpretações.

“Cada geração desfaz e refaz a história. Teia refeita não propriamente pelo contributo de novos dados, mas pelos fios de novas conceções. Cada geração, com efeito, busca a sua identidade no passado e projeta-se no porvir, confiscando a anamnésia ou restituindo a memória pertinente” (António de Oliveira, *Antiquarismo e História*, 2013, 407).

Ainda que com voos muito controlados, que o impediram de escolher o estudo da escravatura na época moderna como tema da tese de doutoramento, começou a inovar na orientação de teses de licenciatura sintonizando-a com a historiografia europeia no campo da demografia histórica e do estudo dos preços. O sábio enlace entre tradição e inovação patente na obra de António de Oliveira (AO) foi apresentado pelo eminente modernista Eiras Roel na lição que proferiu no Anf. I da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra na cerimónia de jubilação que foi também sessão de lançamento da preciosa coletânea de estudos sobre *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*:

“Pero no es menos cierto que en la profesión universitaria cada individuo es un eslabón de una cadena, depende en su formación de una tradición que le precede y por su parte proyecta luego su propio aporte personal sobre esa tradición. La perspectiva de los años nos lleva a caer en la cuenta de esa continuidad necesaria y a comprender que nada de lo que hemos vivido, pensado o enseñado hubiera tenido lugar – o no del mismo modo – sin el esfuerzo anterior y sin el saber acumulado de muchos maestros que nos han precedido, que incluye también el de personas que no hemos conocido físicamente. En ese acúmulo de las generaciones consiste precisamente la eficacia y la grandeza de esta institución que es la Universidad” (Eiras Roel, “Coimbra, tradición y cambio. La obra de António de Oliveira en la historiografía del siglo XX”, *RPH*, 35,612).

A tese de doutoramento de AO intitulada *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* (1971/2) é a obra fundadora da história urbana portuguesa, nos campos da história social e da demografia histórica. A temática escolhida era, ao tempo em que foi concebido o projeto de investigação (1961) tendente à elaboração da tese de doutoramento, muito inovadora e ousada no panorama da investigação histórica das Universidades portuguesas. Referindo-se à historiografia conimbricense anterior, escreveu no prefácio:

“Dominando a vida conimbricense, a Universidade igualmente absorveu, de modo geral, a atenção dos historiadores.[...] Mas para que Coimbra estudasse e ensinasse tornava-se necessário o trabalho quotidiano de muita gente, integrada ou não no corpo universitário. Gente sem nome e sem posição, a maioria das vezes. Mas Homens. Por eles nos interessámos, ao pretendermos contribuir para a história social de Coimbra, e não apenas pelos que brilharam pelo nascimento, riqueza, poder ou inteligência. A fisionomia da cidade foi moldada pelos rostos de uns e outros”.

Começavam-se a cumprir em Coimbra os desígnios de uma história nova atenta a todos os homens e ao homem todo, escrita com um profundo sentido de humanidade.

António de Oliveira foi um historiador cujas obras se inserem fundamentalmente num longo séc. XVII que se inicia em finais do século XVI. A cronologia dos seus trabalhos é o único elemento diferenciador da sua obra. Quanto à temática insere-se no vasto campo da história económica e social, mais social do que económica, se empregarmos a palavra no seu sentido mais amplo abarcando a história social do poder. Com efeito, na procura da compreensão das vivências humanas, AO convoca com mestria todas as áreas do saber (da economia ao simbólico, dos fenómenos coletivos ao estudo do indivíduo) fechando o círculo em capítulos de *História de Portugal*, o título da última obra que publicou. No livro, para o qual não escreveu

conclusão, apresenta a sua leitura, metodológica e teoricamente fundamentada, de um período histórico, 1580 à Restauração, que conhecia como ninguém. O olhar é dos mais abrangentes: percorre as faces possíveis do território do historiador cruzado com o do antropólogo e do filósofo/psicólogo. Nela se vertem factos e interpretações históricas numa procura incessante de compreensão da complexa humanidade, da passada e da presente com a qual se irmanava. Terminamos estes apontamentos breves sobre o historiador António de Oliveira transcrevendo as palavras que escreveu sobre o colega e amigo Luís Ferrand de Almeida:

Ao evocar uma vida plena de trabalho em prol da Faculdade, cientificamente fecunda, segura em alicerces firmes, não posso deixar de salientar o que nela transparece de humano, fim das nossas vidas, académicas ou não, de cultivo cada vez mais difícil, como se o campo que se lavra não fosse de homens e mulheres plantado. Chora, amizade bem-amada, o afastamento formal de um homem e de um Mestre que muito contribuiu para o enriquecimento da Faculdade (*Antiquarismo e História*, 2013, p. 315).

No final do editorial do volume 52 da RPH, cumpre-me, em primeiro lugar, agradecer aos autores dos artigos e das resenhas o facto de nos terem proposto a divulgação dos resultados da sua investigação. Em segundo lugar, exprimo a minha gratidão aos historiadores que efetuaram a revisão científica dos artigos e resenhas aqui apresentados, bem como de muitos outros que foram propostos para publicação, conferindo à RPH o nível de qualidade exigido pelos padrões internacionais. Na qualidade de diretora da RPH manifesto ainda o meu reconhecimento a todos aqueles que tornaram possível a edição deste volume. A coordenação de um periódico científico é um labor muito exigente e que requer uma generosa disponibilidade de tempo. Este tomo conta com a colaboração na coordenação científica da minha colega Doutora Ana Isabel Ribeiro a quem manifesto o meu profundo reconhecimento. À Dr.<sup>a</sup> Carla Rosa agradeço o empenhamento, profissionalismo e competência na coordenação técnica da revista. Apresento ainda os meus agradecimentos ao Sr. Diretor da FLUC e ao Sr. Diretor do DHEEAA pelo suporte institucional dado à RPH. Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra agradeço o acolhimento da publicação da RPH, agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra que dão o seu melhor no sentido da edição e da divulgação das publicações que têm a seu cargo.

A diretora da Revista

*Margarida Sobral Neto*